

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

LADS/

PROCESSO Nº : 10467-002.476/90-81

RECURSO Nº : 86.285

MATÉRIA : IRF - ANO DE 1986

RECORRENTE : DRF em João Pessoa - PB.

INTERESSADA : ECSA-EMPRESA DE BEBIDAS CARANGUEJO LTDA.

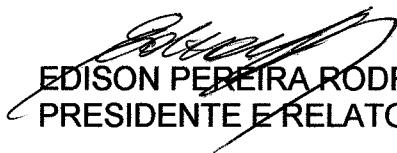
SESSÃO DE : 25 de fevereiro de 1997

ACORDÃO Nº : 101-90.696

IMPOSTO DE RENDA FONTE - DECORRÊNCIA - Aplica-se ao processo decorrente a mesma decisão prolatada no processo denominado matriz, em função da relação de causa e efeito que os vincula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM JOÃO PESSOA - PB.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


EDISON PEREIRA RODRIGUES
PRESIDENTE E RELATOR

FORMALIZADO EM: 28 FEV 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, KAZUKI SHIOBARA, CELSO ALVES FEITOSA, RAUL PIMENTEL e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL. Ausente, justificadamente, a Conselheira SANDRA MARIA FARONI.

PROCESSO Nº : 10467-002.476/90-81
ACÓRDÃO Nº : 101-90.696

RECURSO Nº : 86.285
INTERESSADA : ECSA-EMPRESA DE BEBIDAS CARANGUEJO LTDA.

RELATÓRIO

Contra a contribuinte acima identificada foi lavrado o Auto de Infração constante de fls. 07, em virtude de ação fiscal levada a efeito na Pessoa Jurídica, conforme processo nr. 10467-002.475/90-19, formalizado em virtude de irregularidades detectadas na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

A descrição dos fatos, bem como a fundamentação legal que embasou a autuação e a defesa estão na decisão de primeira instância referente ao processo de IRPJ.

A matéria, neste processo, trata de IMPOSTO DE RENDA NA FONTE, tributação reflexa, originada de omissão de receita conforme descrito às fls. 01 a 05.

Irresignada com o lançamento, a contribuinte interpôs a impugnação de fls. 13/15, que leio em sessão, tendo a autoridade de primeira instância decidido às fls. 39/40, que se cumpra em relação ao presente lançamento a decisão proferida no processo de IRPJ por ser este processo decorrente daquele.

Registre-se que no processo de IRPJ a decisão prolatada pela autoridade julgadora foi pela improcedência da exigência fiscal, tendo recorrido de ofício daquela decisão a este Colegiado na forma da lei.

É o relatório.

PROCESSO Nº : 10467-002.476/90-81
ACÓRDÃO Nº : 101-90.696

VOTO

Conselheiro, EDISON PEREIRA RODRIGUES, Relator:

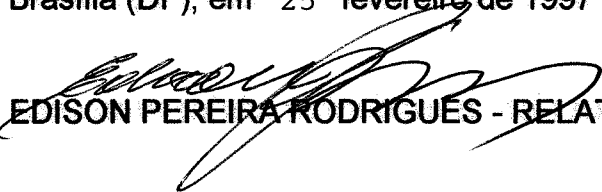
O recurso é tempestivo e preenche os requisitos de lei, dele, portanto, conheço.

Conforme descrito, o recurso de ofício interposto no processo matriz foi julgado em 03.12.96.

Na linha de entendimento acolhida por este Conselho, adota-se o princípio de que o decidido no processo denominado matriz constitui prejulgado a ser seguido no processo dito decorrente ou reflexo, em função do embasamento fático que os vincula.

Postos assim os fatos, voto no sentido de negar provimento ao recurso de ofício.

Brasília (DF), em 25 fevereiro de 1997


EDISON PEREIRA RODRIGUES - RELATOR